



Ministério da Educação – Brasil  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
Minas Gerais – Brasil  
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas  
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM  
ISSN: 2238-6424  
QUALIS/CAPES – LATINDEX  
Nº. 10 – Ano V – 10/2016  
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

**Ecologia e Serviço Social:  
a questão ambiental como uma questão social.**

Prof. MSc. Fábio Fraga dos Santos

Mestre em Sociologia / UFPR

Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Campus Mucuri - Teófilo Otoni - UFVJM - Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6810089012895607>

E-mail: [fabio.fraga@ufvjm.edu.br](mailto:fabio.fraga@ufvjm.edu.br)

**Resumo:** Debater as questões ambientais dentro de uma perspectiva social e interdisciplinar tornou-se fundamental na conjuntura atual. As abordagens sobre a sociedade que envolvem temas como saúde, pobreza, habitação, espaço, qualidade de vida, direito, educação, política etc., devem considerar a temática sobre o meio ambiente. Neste artigo analisaremos a discussão acerca do meio ambiente e suas implicações sociais e as transformações atuais do campo social no que se refere à questão ambiental. Abordaremos temáticas como a ecologia social e os debates sobre questão social e sua relação com o meio ambiente; a questão agrária como questão social e ambiental e serviço social e meio ambiente. Esses temas têm o intuito de possibilitar a compreensão dos aspectos relacionados às estruturas sociais às ambientais, demonstrando a gama de possibilidades de debates, pesquisas e críticas dentro da realidade social.

**Palavras-Chave:** Meio Ambiente, Questão Social, Serviço Social, Ruralidades.

## Introdução

O meio ambiente é um tema extremamente relevante para a compreensão das desigualdades sociais e das questões que envolvem as atividades humanas. No entanto, muitas correntes de conhecimento insistem em isolar essa temática como se existisse uma lógica própria de funcionamento para esta esfera, como se fosse isolada das atividades humanas. Sabemos, *a priori*, que o meio ambiente é uma questão de ordem universal e que envolve toda atividade humana e que está relacionada, de um modo geral, ao modo de produção existente em cada época, ou seja, devemos compreender este tema de forma totalizante, levando em consideração o conjunto de relações que envolvem as ações humanas.

É evidente que o meio ambiente é uma questão amplamente debatida nas esferas acadêmicas e no senso-comum; no entanto, muitos ainda insistem em debater a temática com um viés holístico. Apesar da complexidade do assunto, as análises sobre o meio ambiente sempre envolvem o relacionamento entre homem e natureza em um determinado espaço, dimensionando as relações sociais de acordo com o papel de cada indivíduo no local em que está inserido, no ambiente socialmente construído.

Sabe-se que o debate acerca da preservação ambiental envolve elementos como qualidade de vida, geração de renda, minimização das desigualdades sociais, produção em círculo fechado, desenvolvimento sustentável e tantos outros debates. Temos também atuações no nosso cotidiano que envolvem diretamente a questão ambiental, tais como as atividades urbanas como criação de cooperativas de catadores de papel e/ou atividades de reciclagem, assim como na área rural com o fomento da agricultura familiar e das atividades agroecológicas têm representado, atualmente, possibilidades de transformação do espaço social a partir do debate ambiental.

Debater meio ambiente significa relacioná-lo à ordem capitalista, pois através da exploração incessante pela busca de lucros e formas de acumulação é que foram concretizados os problemas de ordem ambiental e social. No entanto, os problemas resultaram em consequências desiguais para os diversos setores da sociedade. Porém, os segmentos mais desprovidos, as camadas mais pobres, sempre se

tornaram mais vulneráveis, pois são diretamente impactadas, como por exemplo, com a perda de meios pelos quais realizam seu trabalho.

Na conjuntura atual, “questão social” está diretamente ligada ao debate sobre os aspectos materiais, tais como economia, infraestrutura social e, também, a questão ambiental, essencialmente quando se trata dos impactos sobre políticas públicas sociais e direitos humanos (IAMAMOTO, 2005). Assim, identificamos a temática (meio ambiente) como uma categoria fundamental, e, por isso, não pode ser desconexa da totalidade de eventos que envolvem a sociedade.

Com o processo de consolidação do capitalismo, o cenário social se modificou estruturalmente. O advento da industrialização modificou instâncias da sociedade como o espaço urbano, políticas públicas, organização racional-legal do Estado, meio rural, meio ambiente, organização e movimentos sociais, entre outros tantos. A questão do conflito capital-trabalho e as consequentes desigualdades sociais que emergem - tais como fome, pobreza, falta de condições de moradia e saneamento básico, desemprego, subemprego, falta de terra, ausência de direitos trabalhistas etc. – podem ser consideradas como elementos que envolvem a questão social.

[...] pode-se dizer que a questão social é concebida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

As crises e turbulências sociais, criadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo, criam situações em que as políticas liberais passam a “dar resposta” às questões sociais em que vivem os mais desafortunados. Essas “respostas” são normalmente para evitar desordens sociais de proporções catastróficas para o sistema capitalista, assim criam-se ou alteram-se políticas públicas para apaziguar movimentos e ou situações de conflito direto com a questão social. Sendo assim, a *questão social* pode ser caracterizada como uma forma de questionamento quanto à capacidade de manter a unidade de uma sociedade, na qual a ameaça de ruptura é manifestada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto (CASTEL, 1995).

De acordo com Iamamoto (2001), a *questão social* pode ser considerada como a expressão da sociabilidade direcionada pelos interesses do capital, e que, muitas vezes, apresenta novas condições socioeconômicas com nova roupagem e com a velha lógica capitalista de fomento às desigualdades sociais. A autora ainda expressa o entendimento no sentido de que não há "questões sociais", mas que há "questão social", tendo em vista que ela se remete a uma única gênese, a saber: o capitalismo.

Em síntese, a questão social é um elemento vasto de estudos e análises e que compreende a conjuntura e a história da sociedade. Assim, compreender a questão social consiste em interpretar a diversidade de elementos políticos, sociais, econômicos e, também, ambientais a partir do processo de participação social. Vale destacar que a questão social sempre foi um tema abordado pelas correntes de pensamento de um modo geral, no entanto foi com o pensamento marxista que ela toma uma dimensão importante, capaz de modificar as bases da vida social. Devemos também levar em consideração que a leitura que o marxismo realiza da questão social é atravessada por questões totalizantes e não isola a questão social das outras instâncias da vida, tanto das questões econômicas, políticas, como as questões que envolvem a natureza efetiva. Portanto a questão do meio ambiente é uma questão social e dessa maneira que devemos trilhar nossas interpretações. Além dessa noção de questão social, é fundamental compreendermos os processos de produção da vida material e suas conseqüências ao longo do processo de organização da vida social.

### **Ecologia social: debates sobre questão social e sua relação com o meio ambiente**

A questão ambiental tem ocupado um papel cada vez mais relevante nos debates acadêmicos contemporâneos. No viés político, tem sido alvo de negociação, tratados, acordos, convenções etc., o que mostra o universo de conflitos e contradições sobre o tema. Novos processos surgem sobre a dinâmica do capitalismo e isso colabora para o reconhecimento sobre o assunto e a necessidade de compreender a diversidade e relações que envolvem o meio ambiente.

É indiscutível, principalmente no meio acadêmico, a necessidade de integrar a questão social com a questão ecológica, mas o caminho para “integrar” tais questões é longo e árduo. No entanto, muitas abordagens ainda se referem o “ecológico” ao ambiente natural, externo ao espaço humano e já o “social” aos elementos culturais, valores, crenças e as representações sociais etc. As ciências sociais, de modo geral, nos apontam que a complexidade social não é fragmentária e nem pode ser separada de outras questões (entre elas, o meio ambiente), ao contrário, o social é *multicausal*, interdependente, universal e integrador.

Atualmente, assistimos às consequências do desenvolvimento do capital sobre a natureza, intensificada com o desenvolvimento tecnológico e econômico. Entre as consequências, o processo de exaustão dos recursos naturais, que refletiu diretamente nas comunidades mais distantes, processo este que modificou o cenário social e ambiental durante todo o século XX.

O processo de interdependência que envolve a questão social vale, também, para o debate sobre a ecologia, pois todos os ecossistemas são modificados, direta ou indiretamente, pelas questões sociais.

A resposta talvez esteja atrelada à herança positivista. A divisão entre o social e o ecológico, a que se faz tanta reverência, às vezes está ligada a essa tradicional divisão funcionalista e compartimentalizada entre as ciências naturais e ciências sociais. A necessidade de integrar o social ao ecológico também faz-se necessária no viés contrário – de incorporar o ecológico no social. Assim, embora o terreno pareça fértil, não podemos esquecer de que a conquista de um campo de trabalho é difícil, pois o corporativismo das diversas áreas impede um diálogo e a defesa de determinadas teses. Neste caso, para tornar legítima a necessidade de intervenção do social no ambiental, torna-se fundamental recorrer a instrumentos e ferramentas de análises (metodologia sociológica) que demonstrem a efetividade da intervenção (IRIGALBA, 2005).

As preocupações com as questões ambientais foram aos poucos desconstruindo o paradigma de dicotomia entre homem e natureza, permitindo a compreensão de que a devastação e exploração capitalista contínua dos recursos naturais não ocorreram longe ou de forma distinta da exploração da população e da extinção de determinadas comunidades e culturas. Da mesma maneira, a

concepção de natureza apresenta-se como uma esfera socialmente modificada de acordo com os determinantes históricos de cada época.

Se procurarmos operacionalizar um conceito que nos oriente para além da separação entre social e ambiental, no sentido de que este modelo se estabeleceu pensando o ser humano numa posição de superioridade em relação ao mundo natural, deveremos estabelecer que o conceito de *meio ambiente* nos remete a um maior subsídio para esclarecer, de maneira mais determinante, relações sociais, de modo geral, com o meio natural.

Em relação ao próprio conceito de meio, podemos dizer que nos referimos ao meio biofísico, fundamento da vida, como biosfera, chamando de sociosfera o meio habitado pelo ser humano. Quanto ao conceito de *meio ambiente* (para além da tautologia que o termo supõe em algumas línguas, inclusive em Português), podemos dizer que se revela *mais abrangente* que falar apenas de natureza. De alguma maneira, um pouco *ambígua*, podemos dizer que se considera o ser humano dentro ou junto da natureza (IRIGALBA, 2005, p. 18).

O desenvolvimento das diversas concepções de natureza impostas pelas sociedades ocidentais nos permite afirmar que estas não foram sempre concebidas numa perspectiva utilitarista. Mesmo que a relação entre cultura e natureza tenha ocorrido enquanto uma dicotomia, o processo de construção de uma sociedade sustentável pode ser ainda uma realidade histórica no sentido em que os atuais problemas ambientais e sociais sejam passíveis de solução por um viés comum, que envolva ambas as áreas de análises (WALDMAN, 2002).

Ao analisarmos a realidade social, necessariamente estamos interpretando determinadas situações. Isso nos remete ao processo de participação e comprometimento social com as interpretações que se faz de realidades distintas. Isso significa que o estado “estático” do espaço ecológico pode ser interpretado como uma condição do estado “interpretativo” da questão social, pois quando nos referimos à ecologia, normalmente nos remetemos a um objeto estático, moldado pelos elementos naturais.

O processo de participação social para abordar questões ambientais, emerge da necessidade de reconhecer e legitimar propostas de atuação para prevenir, remediar e desenvolver questões relativas ao meio ambiente. Ou seja, quando falamos em interferir no meio ambiente, levando em consideração as questões sociais que envolvem o tema, falamos diretamente em desenvolvimento sustentável.

Assim, como aponta Irigalba (2005), que a participação social deve ser apreendida na interação social e isso cria uma cultura de participação (valores democráticos) e forma um modo de relacionar o ser humano com seu entorno, que não é um modo entre outros, mas o caminho de busca de alternativa que possibilite um desenvolvimento real e sustentável.

A autora ainda enfatiza que, se a participação social for apreendida – e, para isso, torna-se fundamental o empreendimento de profissionais capacitados – torna-se viável o processo de aprendizagem social e de integração entre o ser humano, em sua dimensão social, e as relações com o seu meio. Em outras palavras, a integração entre o “ecológico” e o “social”.

### **Apontamentos sobre o Meio ambiente**

O debate sobre a questão ambiental é amplo e provoca muitas controvérsias que provoca generalizações sobre o tema, principalmente quando consideramos meio-ambiente ligado, exclusivamente, à ecologia de forma exógena. No entanto, consideramos a interação entre o ser humano e a natureza como algo endógeno, definida pelas relações de produção vigentes na sociedade. Assim, para compreender com rigor a complexidade das questões ambientais torna-se necessário analisar suas condições sociais e históricas.

A problemática ambiental e as questões que envolvem o tema, como sustentabilidade, preservação, biodiversidade, etc., fazem parte da conjuntura atual nas mais diversas esferas sociais, não é um tema exclusivo de especialistas. O debate sobre o meio ambiente não é somente uma leitura da realidade restrita do ecossistema (dos parâmetros biológicos da existência humana ou natural), mas ao contrário, compreender o ambientalismo, significa estabelecer relações com todo o processo histórico das relações sociais, políticas, econômicas, culturais (CASCINO, 1999, p.35).

Devido à conotação que a temática sobre o Meio Ambiente toma no cenário socioambiental global, os fatos ocorridos nas últimas décadas, fomentaram a



necessidade de incremento de tal expressão nos principais documentos e leis mundiais, assim como no vocabulário do senso-comum. O debate sobre a relevância e denominação sobre o termo “Meio Ambiente” é vasto, no entanto, partimos da seguinte premissa conceitual:

O lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural construído” (REIGOTA, 1994, p.14).

Compreender como se dá o processo de formação das políticas públicas para esta área torna-se fundamental para compreender os significados e intenções por trás desse conceito. No Brasil, o assunto é relevante no cenário político desde a década de 1970, mas foi com a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938, de 02 de setembro de 1981, artigo 3º, que apresentou o conceito de Meio Ambiente, a saber: “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

O debate acerca da expressão Meio Ambiente torna-se necessária, uma vez que demonstra uma oscilação de escopo e de níveis de abrangência para o termo. Comumente o “meio ambiente” tem uma conotação de ambiente natural, utilizada até os dias atuais, no entanto, pode-se constatar uma considerável dificuldade de se chegar a um consenso, mesmo dentro da comunidade científica. Compreender a expressão “Meio Ambiente” esbarra também em aspectos importantes da filosofia da educação ambiental, pois se trata de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais, mas, basicamente, a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental (REIGOTA, 1994).

Entretanto, é plausível pensar que a noção de meio ambiente envolve certas ideias comuns e que formam, espacialmente e temporalmente e, o conjunto de sentidos que lhe dá legitimidade. Segundo Carvalho (2001) há uma delimitação bem clara entre um mundo dos *humanos* e um mundo *natural*, mecanismo que torna o meio ambiente passível de se tornar algo definível e, conseqüentemente, utilizável, um recurso à disposição da espécie humana. No entanto, existe também certo



consenso sobre a ideia de meio ambiente como um valor, ou seja, como sendo “um bem comum da humanidade”, algo, portanto, que necessita ser cuidado e preservado, “algo que se deveria respeitar, admirar e cuidar para além dos interesses imediatos das sociedades” (CARVALHO, 2001, p.36).

Compreender os aspectos estruturais que envolvem o Meio Ambiente é o caminho para uma sustentabilidade e para o processo de aprendizagem permanente. Sendo assim, a tarefa da Educação Ambiental é reconstruir um novo modelo ambiental ético, capaz de comportar as tensões e o diálogo, re-estabelecendo os movimentos culturais, econômicos, sociais e políticos de cada sujeito ecológico. Neste movimento epistemológico, o processo terá início, quando, realmente, estabelecermos a Educação Ambiental como algo que exige um esforço dos vários setores que envolvem o nosso cotidiano para estabelecer, ao menos em parte, os desafios da humanidade (SATO, 2003).

### **A questão agrária como questão social e ambiental**

A questão agrária de modo geral poder ser considerada como o movimento do conjunto de questões relativas ao desenvolvimento da agropecuária, da estrutura fundiária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Desse modo, cabe enfatizar que a questão agrária envolve as relações de poder e de interesses e de perspectivas específicas em torno da posse e da propriedade da terra, com ênfase na realidade brasileira.

Segundo a análise de Yamamoto (2006), a questão agrária apresenta-se como uma síntese privilegiada das tensões e determinações relacionadas à questão social no Brasil da atualidade e ao mesmo tempo resume e contempla manifestações particulares da questão social no meio rural. O meio rural brasileiro foi caracterizado por relações de dominação e de subordinação ao capitalismo, pautado nos grandes latifúndios concentradores de capital e que constitui a questão social do campo, marcada pelo acesso desigual à terra (FERNANDES, 2001).

Ao longo da história da sociedade brasileira, a questão agrária foi estruturada pela forma como o trabalho se organiza no campo sob moldes capitalistas. Assim, a

luta pela terra se tornou um dos elementos fundamentais para compreendermos a questão agrária como expressão da questão social. Partindo por esse viés, a formação social do Brasil foi extremamente marcada por raízes históricas que remontam ao processo da colonização, cuja estrutura se configura a partir da concentração da propriedade de terra. O período colonial foi organizado por uma distribuição desigual das terras brasileiras, concentrando-as nas mãos de poucos, enquanto a formação da agricultura familiar acontecia pela expropriação e exclusão, ou seja, pelo não acesso à propriedade.

Com o fim do sistema de escravidão e a consequente necessidade de contratação de mão-de-obra, rapidamente foi elaborando a *Lei de Terras*, conjunto de leis que regulamentava os atos de compra e venda de propriedades. Esse conjunto de lei também legitimava a compra de terras devolutas no intuito de financiar a chegada de colonos provenientes da Europa. O processo contraditório do desenvolvimento capitalista se expande de forma absoluta, “mas quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem ‘livre’ com terra ‘livre’, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios” (SILVA, 1994, p. 28).

Durante o século XX, com o processo de industrialização a partir da década de 1930, o eixo do poder favorecendo as forças urbanas, resultou em enormes transformações no país. No entanto o sistema de propriedade da terra continuou inabalável. A elite rural continuou se manifestando nos altos escalões do poder (na conhecida política de defesa do café) e prevaleceu, desse modo, um pacto conservador, que preservou a grande propriedade, excluiu os trabalhadores rurais e agricultores familiares das conquistas trabalhistas concedidas aos trabalhadores urbanos e ainda assegurou as condições para a reprodução da grande propriedade (BUAINAIM, 2003).

O processo de modernização da agropecuária articulado a partir da década de 1970 alavancou não apenas avanços tecnológicos e comerciais, mas o fim das relações de dependência política e econômica, em que a concentração da propriedade da terra permitia a exploração dos trabalhadores rurais. Mas

[...] por outro lado, tal processo expulsou os trabalhadores rurais para as cidades e os transformou em bóias-frias, favelados, indigentes, operários sem maior qualificação profissional. Neste período, a fome, a miséria e a

exclusão social cresceram assustadoramente, enquanto aumentavam as concentrações de terra e renda (BERGAMASCO, 1996, p. 80).

Diante desses fatos, o meio rural brasileiro apresenta-se como uma esfera de lutas sociais e possibilidades que ampliam os conflitos em torno da posse da terra e que se articulam de acordo com seus interesses de classe, quais sejam: de um lado, uma minoria dona do grande latifúndio e, de outro, a grande parcela da população dos trabalhadores rurais, historicamente expropriada pelos proprietários de terras. Nesse cenário, os trabalhadores rurais, historicamente expropriados de suas terras e excluídos dos processos de produção, tomam consciência de sua condição de subalternidade e, organizados coletivamente em movimentos sociais, tornam visível a sua realidade através de reivindicações. “Uma parcela destes ‘excluídos’ recomeça a luta pela terra.” (BERGAMASCO, 1996, p. 80).

O campo é palco do embate político, demarcado por interesses de classes antagônicas, no qual a questão social é explicitada e negociada, e a questão agrária ganha evidência. A reforma agrária que os trabalhadores rurais em geral reivindicam não é a pulverização antieconômica da terra; é, sim, uma redistribuição da renda, de poder e de direitos. Em síntese, não exigem a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas os habilitaria a continuarem sendo uma forma de barateamento de mão-de-obra para as grandes propriedades. Mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras (SILVA, 1994).

O legado deixado por todo esse processo de concentração de terras e pela “modernização conservadora” não se reduz à crise agrária, à combinação das tecnologias química, mecânica e biológica deixou uma herança de deterioração intensa dos recursos naturais, criando um sistema de produção insustentável do ponto de vista ecológico. A modernização do sistema produtivo agrícola ao mesmo tempo em que propiciou um aumento na produção agrícola resultou em vários problemas ao meio ambiente, provocando a perda de fertilidade dos solos, a erosão, a salinização, a destruição das florestas, a degradação do patrimônio ecológico e da biodiversidade, além da contaminação do solo, da água, dos animais silvestres, do próprio homem do campo e dos alimentos produzidos (EHLERS, 1999).

O grande problema provocado pelo uso desenfreado de inseticidas que aniquilam a fauna existente, fauna que tem uma forte ação na formação do próprio solo; pelo uso de agrotóxicos que provocam não só transformações prejudiciais nos solos como, também, ao serem levados aos rios pelas águas pluviais, contaminam e destroem a fauna fluvial e lacustre (ANDRADE, 1994, p. 43).

Desse modo, é necessário compreender que as transformações não se restringem às modificações das relações do homem com a natureza ou dos diversos e variados problemas de degradação ambiental. Além do aumento no consumo de insumos de base industrial, ocorrem outras importantes modificações, entre elas as mudanças nas relações de trabalho no campo, principalmente com o aumento da mão-de-obra assalariada, da expropriação dos pequenos produtores, isso sem falar na perda de identidade por parte dos agricultores e da riqueza de conhecimentos que estes possuem (SANTOS, 2005).

Desse modo, a questão agrária ganhou uma nova configuração com a modernização da produção agropecuária e instigando, também, a necessidade de debater e criticar todo esse histórico de transformações sociais e ambientais no quadro agropecuário brasileiro, tanto do ponto de vista social, mas também ambiental.

### **Serviço social e meio ambiente**

Analisar os problemas ambientais como consequência da acumulação capitalista, principalmente no que se refere ao desequilíbrio ambiental, tornou possível compreender as formas de manifestação da desigualdade social, já que as consequências desse desequilíbrio ambiental se manifesta de forma heterogênea entre todos os setores da sociedade.

Os segmentos sociais mais vulneráveis são excluídos do usufruto dos bens socialmente produzidos. “Não obstante, são responsabilizados pelo descuido ou” uso inadequado do meio-ambiente”, induzindo a idéia de que a solução reside apenas no campo cultural. As teses de preservacionistas conservadoras ignoram as contradições econômicas, sociais e ideológicas que aí estão implicadas. A configuração dos conflitos sócio ambientais em torno do acesso e formas de uso dos bens ambientais lança a questão para a esfera da política pública, legitimando-se como luta de cidadania (BRESSAN, 2001 *apud* SANTOS, 2007, p. 44).

O processo constante, e talvez irreversível, de degradação ambiental é acompanhado de impactos contínuos à organização da vida social, principalmente no que se refere àqueles sujeitos sociais que vivem uma relação íntima com a natureza (agricultor familiar, seringueiros, ribeirinhos etc.). Nesse sentido, o papel do serviço social sobre as questões ambientais está vinculado ao seu comprometimento com o desenvolvimento de um projeto social justo.

A construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1996, p. 107).

Torna-se óbvio que o meio ambiente é um elemento de debate na esfera de atuação do assistente social, o que justifica a necessidade de análises sobre a temática e reformar as ações integradoras entre degradação ambiental e desigualdades sociais. A efetivação dos princípios éticos, que envolvem o profissional do serviço social, remete ao campo da análise e da luta pela construção de uma nova ordem social. Nesse sentido, essa nova abordagem deve ser pautada em interpretações que vão para além da demanda apresentada no cotidiano. Deve envolver formas de organização social para defesa e proteção do meio ambiente como uma forma de apreender um novo campo de trabalho na busca por colocar em prática o princípio ético-político que orienta o Assistente Social. Assim devem-se propor também novas formas de análise diante das “provocações e desafios enfrentados no dia a dia do trabalho cotidiano” (IAMAMOTO, 2005, p.16).

Neste contexto, a ação do serviço social deve ser pautada em elementos que promovam a integração e coordenação de ações destinadas ao papel de conscientização da população atendida pelo profissional com efeito de sensibilizar os diferentes atores sociais locais com relação à problemática do meio ambiente. No entanto, a tarefa não se resume em promover e gerar organizações de base para a gestão local das implicações ambientais. Deve-se fomentar a pesquisa e a crítica em uma esfera macro, a fim de questionar a atuação do grande capital e as consequências de seu impacto na localidade, para que o problema não seja compreendido apenas como um problema local, mas como um reflexo de outras instâncias da vida social.

## Considerações finais: O papel do assistente social no campo ambiental

Apontaremos, neste momento, alguns indicadores que evidenciam a necessidade de efetuar uma análise do modelo econômico e suas influências na questão ambiental e social. Essa abordagem é necessária devido à complexidade da questão e à necessidade de formação do profissional da área como um sujeito capaz de estabelecer relações com as diversas esferas que compõem a sociedade. A problemática ambiental ligada ao modelo de exploração capitalista e sua incapacidade de estender o nível de vida ocidental a toda humanidade e às gerações futuras sem colocar em risco a estabilidade dos ecossistemas, apontam para a tal crítica e revisão dos temas (PÉREZ, 2005).

Como possibilidade de alternativa ao modelo vigente, surgem novos paradigmas que defendem o *desenvolvimento* sustentável, que normalmente são fundamentados em estruturas localizadas que articulam o desenvolvimento econômico ao social e ambiental. Apesar de a questão ser exposta de forma simples, na sua essência carrega elementos de conservação das estruturas que desejam apenas preservar o econômico, em detrimento do social e ambiental.

Pérez (2005) ressalta que a passagem de um modelo economicista para um modelo de sociedade estruturado a partir de valores e princípios de sustentabilidade, deve ser analisada e estabelecida em modelo de ação a longo prazo, *respaldados em amplo consenso e por uma crescente aprendizagem social* que levem a mudanças nos padrões de produção e consumo, na adoção de tecnologias, na regulamentação e no estabelecimento de normas, na organização institucional e na percepção cultural da sociedade (PÉREZ, 2005, p. 29).

Nesse papel, em que se enquadra a ação do assistente social, cuja complexa tarefa envolve empreender uma *aprendizagem social* com a qual a população, de modo geral, adquiriria uma visão global, integrada, sensibilizada pelo seu envolvimento com o meio ambiente. Assim, o percurso para alcançar tal modelo supõe uma mudança em nossa maneira de nos situar ante a realidade, afirma Pérez (2005). Tal mudança afeta o estio da vida individual e social, através das ações locais, mas também através do questionamento e indagação diante das políticas públicas.

Na conjuntura atual é impossível tratar de questões ambientais sem considerar os problemas de crescimento econômico, de desigualdade social e de impacto ambiental. O mundo atual exige que a sociedade esteja mais incentivada e mobilizada para assumir um caráter mais crítico, assim como questionar, de forma mais concreta, a falta de iniciativa do Estado em incorporar verdadeiras políticas pautadas no desenvolvimento social e ambiental. Como podemos perceber, não é possível assumirmos valores de uma suposta “revolução ambiental” sem a reflexão conjunta sobre a questão econômica, política, de desigualdade social e impacto ambiental.

Assim, compreendemos que as discussões sobre ecologia se articulam com todos os campos de conhecimento, principalmente com o campo *econômico* - quando se coloca a necessidade de um modelo econômico sustentável; e o campo *social e político* - considerando-se a participação ativa da população, envolvendo o saber popular, comunidades indígenas e extrativistas, sobretudo justiça social, garantindo o direito à vida com dignidade.

Em suma, o papel do assistente social sobre a questão ambiental é, de forma legítima, um conhecimento da esfera social. E mais, é um saber ainda em construção e que demanda de um esforço para fortalecer visões globais e integradoras que estimulam a reflexão em torno da diversidade e da construção de sentidos nas relações sociedade e natureza.



## Referências

ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 214p.

ANDRADE, Manuel Correia. O Desafio Ecológico: Utopia e Realidade. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRANDENBURG, Alfio. Agricultura familiar: ONG's e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRASIL. *LEI nº 6938, de 02 de set. de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e se dá outras providências. Disponível em: <http://www.lei.adv.br/6938-81.html> Acesso em 20 out. 2007.

BRESSAN, C.M.F. Serviço Social e Meio Ambiente: Um diálogo em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10, 2001, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001.

BUAINAIN, Antônio M.. Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil. jun. 2003. Disponível em: <<http://www.abda.com.br>> Acesso em: 27 set. 2009.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1988.

CASCINO, Fábio. *Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores*. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

EHLERS, Eduardo. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1999.

FERNANDES, B. M. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Questão Social no capitalismo. *Temporalis*, revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social, Brasília, n. 3, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

IANNI, O. A questão social. São Paulo em Perspectiva: Revista da Fundação SEADE, São Paulo, v. 5, n. 1. jan./mar. 1991.

IRIGALBA, Ana Carmem. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social ao ecológico. In: GOMES, José Andrés Dominguez, AGUADO, Octávio Vasquez. PÉREZ, Alejandro Gaona (Org.) Serviço Social e Meio Ambiente. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO; José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

JOLLIVET, Marcel. "Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas". *Estudos Econômicos*. IPE/USP, v.. 24, nº especial, 1994, pp. 183-198.

MANDEL, V. Comment développer une conscience écologique? *La Recherche*, 243(23): 664-666. 1992.

PEREIRA, Potyara, Questão social, serviço social e direito de cidadania: *Temporalis*, revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social, Brasília, n. 3. 2001.

PÉREZ, Alejandro Gaona. Necessidades de formação do assistente social no campo ambiental. In: GOMES, José Andrés Dominguez, AGUADO, Octávio Vasquez. PÉREZ, Alejandro Gaona (Org.) Serviço Social e Meio Ambiente. São Paulo: Cortez, 2005.

REIGOTA, Marcos. *O que é Educação Ambiental*. Brasiliense, 1994.

SATO, Michele. *Educação Ambiental*. São Carlos: RIMA, 2003.

SANTOS, Fábio Fraga. Políticas fundiárias e desenvolvimento local: O papel do Banco da Terra na reconstrução do rural. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba (mimeo).

SANTOS, Raquel dos Serviço Social e Meio Ambiente. 2007. Monografia. UFRJ. Rio de Janeiro (mimeo).

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (coord.). A questão agrária hoje. Porto Alegre, Editora da Universidade – UFGRS, 1994.

SILVEIRA, Paulo R. PIRES, Paulo J. da. F. MARIN, Mário Z. As formas de exploração do espaço agrário em regiões marginais: O desafio da sustentabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 28, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: [s.n], 2000.

WALDMAN, Mauricio. *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - [www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes) em: 10/10/2016

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

[www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes)

[www.facebook.com/revistavozesdosvales](https://www.facebook.com/revistavozesdosvales)

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.